

4468 333

3

Pataxós acusam posseiros por devastação de matas

Índios pataxós da aldeia de Corumbauzinho, no município de Prado, no extremo sul do estado, exigem do Incra a retirada das famílias sem terra assentadas na área. Segundo as lideranças indígenas de Monte Pascoal, os posseiros estão devastando a mata e negociando seus lotes. A questão foi discutida, ontem pela manhã, na sede da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai-BA), no Pelourinho. Os caciques das aldeias de Corumbauzinho e Boca da Mata, Edvaldo Brás e Manoel Santana, respectivamente, reuniram-se com representantes do Incra, Ministério Público e Procuradoria da República no Estado da Bahia, além das entidades indigenistas Cimi e Apoinme.

Os caciques fizeram questão de demonstrar o desinteresse em um confronto com os posseiros, mas deixaram claro que vão lutar pela reintegração das terras à aldeia. Durante a reunião, ficou evidente que os órgãos federais, no caso o Incra e a Funai, trabalham em completa falta de sintonia. O representante do Incra, Luís Gugé, revelou desconhecer um acordo firmado entre a Funai e o Incra nacional, que determina estudos da área em questão e a busca de novo local para reassentamento dos posseiros.

Da mesma forma, não tinha conhecimento de que a área desapropriada,



Foto: Antonio Saturnino

Caciques não querem conflito, mas prometem lutar pela terra

priada, das Fazendas Reunidas Corumbau, fazem parte da reserva indígena. "Desde 1988 esta área está ocupada por sem-terra e era um local de constante conflitos entre posseiros e fazendeiros. Em 1997, iniciamos o assentamento de 100 famílias, promovemos benfeitorias e liberamos os créditos para a plantação", assinalou Gugé.

Ocupação ilegal

Somente no ano passado, os índios pataxós resolveram exigir a área de

volta ao seu domínio. O cacique Edvaldo Brás revelou que seu povo tinha conhecimento de que o assentamento era ilegal, já que a lei não permite a ocupação de terras indígenas, mas chegaram a acreditar em uma boa convivência com os posseiros e não reclamaram. "Só que eles estão destruindo toda a mata e onde não tem mata não tem índio", assinalou. Segundo ele, os posseiros promovem queimadas e a retirada da madeira. "Eles também vendem os lotes que conseguiram com o Incra, então eles não querem terra e nós também não

queremos mais eles lá", salientou. "Mas também não queremos conflito. Queremos resolver tudo dentro da lei, pois tanto índios quanto sem-terra precisam viver", acrescentou.

Segundo Gugé, qualquer atitude do Incra, de agora em diante, dependerá da formalização ou não do acordo com a Funai. Das 100 famílias assentadas na área, 25 já resolveram devolver aos índios os lotes ocupados, mas permanecem acampadas no local, à espera de uma definição do órgão. "Se toda a área pertencer à aldeia, vamos ter que buscar outro local para reassentar estas famílias", destacou Gugé. "O pagamento ao proprietário da fazenda, de 2.900 hectares, está depositado em juízo, até que a questão seja resolvida", ressaltou.

Os representantes da Anai-BA presentes à reunião, Lúcia Mascarenhas e Márcio Fróes, calcularam em cerca de 30 dias o prazo necessário para a Funai formalizar o acordo com o Incra, criando os grupos de trabalho para delimitar a área. O acordo prevê ainda indenizações e o levantamento patrimonial nas terras. "Os grupos de trabalho criados pela Funai é que têm as reais condições de determinar a área de tradição indígena. Eles e os próprios índios", assinalou Fróes.